

O Militante

GES
PCP

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O Projecto de Programa do Partido, o «desvio de direita» e o sectarismo

Na sua reunião de Março de 1961, o Comité Central do Partido, analisando a situação política e a orientação e actividade do Partido, concluiu que se tinha verificado um grave desvio de direita, que se desenvolveu a partir de 1956 e «se reflectiu em diversos aspectos da orientação do Partido, incluindo as resoluções do Vº Congresso (resolução)». O desvio de direita no PCP nos anos de 1956-1959).

Na mesma reunião, o Comité Central considerou que o desvio de direita «influiu num sentido negativo a elaboração do Programa do Partido» (aprovado no Vº Congresso) e decidiu estudar ulteriormente emendas a fazer ao Programa ou a elaboração dum novo Programa (resolução «Sobre alterações ao Programa do Partido»).

Depois de atento trabalho político, o Comité Central resolveu, na sua reunião de Abril de 1964, «elaborar no mais curto prazo o Projecto do novo Programa do Partido (que, nos termos do art. 12 dos Estatutos em vigor, deve ser aprovado pelo congresso do Partido) e pô-lo à discussão em todo o Partido».

Esta resolução foi agora cumprida na reunião do Comité Central de Janeiro do ano corrente.

1

O desvio de direita nos anos de 1956-59 teve como ideia central a da «solução pacífica do problema político português», resultando da «desagregação crescente» e «irreversível» da ditadura fascista. A perspectiva que se apresentava para a luta do Partido e das forças democráticas era, não o assalto ao poder, mas «apressar» ou «acelerar» essa desagregação, cujo processo objectivo, semi-automático, foi implicitamente considerado o fundamental. Aceitando esquematicamente uma influência imediata e decisiva na política portuguesa da nova correlação de forças mundial, esquecendo a natureza e menosprezando a força do Estado fascista,

tomando os desejos por realidade, tal concepção conduziu a ilusões legalistas e golpistas. Chegou a apresentar-se a possibilidade dum triunfo numas «eleições» salazaristas, mesmo sem que o movimento popular tivesse anteriormente imposto alterações radicais no processo «eleitoral». A essa ilusão, bem como à esperança dum golpe militar de dissidentes do regime, subordinaram-se importantes aspectos da orientação e da actividade do Partido.

Acreditando-se mais na queda do fascismo como resultado da sua desagregação interna e dum consequente golpe dos dissidentes que na tomada do poder pelas forças democráticas deixou de insistir-se no objectivo de levar ao poder um Governo Provisório com a missão fundamental de instaurar a liberdade política e convocar eleições livres, deixou de colocar-se a necessidade da participação comunista em tal governo, e passaram a repetir-se declarações de apoio a qualquer governo de transição (mesmo a uma ditadura militar) que, afastando Salazar instaurasse as liberdades democráticas. Com tal política, tendia-se a colocar o Partido e a classe operária numa posição de expectativa e na esteira de iniciativas eventuais da média burguesia conluída com sectores monopolistas, ou seja de elementos conservadores e dissidentes do regime.

Em vez de tomar a iniciativa e a direcção efectiva dum movimento unitário anti-fascista, traduzindo no plano político a aliança das classes interessadas no derrubamento do governo dos monopólios e dos latifundiários, o Partido tomava como direcção fundamental da sua acção política desligar do governo elementos que ainda o apoiavam, a fim de impulsionar a desagregação completa do regime. Subestimou-se a importância da unidade das forças anti-fascistas baseada na aliança do proletariado com o campesinato e na luta da classe operária e das massas laboriosas. O Partido



isolou-se dos mais importantes sectores anti-fascistas e deixou que em larga medida a iniciativa da acção política passasse para a burguesia liberal e os conservadores.

A preocupação de não assustar os dissidentes e os golpistas e de facilitar a «solução pacífica» sacrificaram-se importantes aspectos da luta de classes e da acção independente do Partido do proletariado: Chegou a defender-se o abrandamento da luta da classe operária contra os seus exploradores da burguesia não-monopolista; uma política de conciliação com os laçaios do patronato instalados nas direcções dos sindicatos fascistas; o afrouxamento dos «ataques frontais» à Assembleia Nacional, à Legião, à União Nacional, e a sua substituição pelo ataque aos seus elementos mais reacçãoários — o que mostrava por um lado e gerava por outro a falta de consciência da natureza do Estado fascista, como o instrumento da dominação terrorista do povo pelos monopólios e latifundiários.

Subestimou-se o papel decisivo da organização. Desenvolveu-se o culto da espontaneidade. Em diversos momentos colocou-se a acção do Partido a reboque da burguesia liberal e dos dissidentes do regime, conferindo-lhes de facto a hegemonia do movimento anti-fascista. Todos estes aspectos da actividade significaram a abdicação, objectivamente considerada, do papel determinante que o Partido, a classe operária e as massas populares podem e devem desempenhar para o derrubamento da ditadura fascista.

No que respeita à organização do trabalho de direcção e aos princípios orgânicos do Partido, o desvio de direita manifestou-se numa tendência anarco-liberal, que influiu toda a vida interna do Partido. A pretexto da necessidade de «democracia» e «autonomia», afrouxou-se o controle e a disciplina, defendeu-se o «igualitarismo» e o «nivelamento» artificial de competência, responsabilidade, confiança e prestígio. Instalou-se no trabalho de direcção o liberalismo em questões de quadros e no trabalho conspirativo. Minou-se a autoridade dos organismos e militantes mais responsáveis. Admitiu-se a fuga ao controle e a sobreposição das opiniões pessoais às do colectivo. Combateu-se o centralismo da direcção política e defendeu-se o direito da constituição dentro do Partido de correntes minoritárias.

A severa crítica e auto-crítica a que em 1961 o Comité Central submeteu o desvio de direita nos anos de 1956-59, foi acolhida com entusiasmo por todo o Partido que há muito sentia que a orientação seguida não era correcta. Pode dizer-se: nem uma voz se levantou em defesa de «solução pacífica». A análise da natureza do Estado fascista como instrumento da dominação terrorista do povo pelos monopólios (associados ao imperia-

lismo estrangeiro) e pelos latifundiários, a definição do levantamento nacional, a insurreição popular, como via para o derrubamento da ditadura fascista, e como culminação da luta popular de massas, foi igualmente acolhida com entusiasmo por todo o Partido. O oportunismo de direita sofreu uma derrota clamorosa.

2

As concepções oportunistas de direita que se geraram no Partido nos anos 1956-59 influenciaram a elaboração do Programa do Partido que veio a ser aprovado em 1957.

A ideia central do Programa é a da solução do problema político português por meios pacíficos, sem necessidade de luta armada. É certo, que, de passagem, se diz que a luta de massas «prepara também as massas populares para responder à violência com a violência, se apesar de todos os seus esforços pela solução pacífica do problema político nacional, o governo de Salazar persiste criminosamente em sufocar pelo terrorismo as aspirações do povo português evidenciadas nas suas lutas e manifestações de massas de carácter pacífico. Mas a concepção predominante, a que se subordinaram aspectos políticos e táticos fundamentais, é a da «solução pacífica». Essa concepção aparece desenvolvida no primeiro capítulo, é-lhe consagrado o quarto e nela se insiste no sexto e último capítulo.

O processo de desagregação do regime como factor decisivo da queda da ditadura por acção de dissidentes, a desistência do assalto ao poder pelas forças democráticas, estão implícitas em muitas disposições do Programa. O Programa parece dirigir-se mais à «burguesia nacional» que às massas populares. Mais que um instrumento político para orientar a classe operária e o povo na sua luta contra o fascismo, mostrando-lhe os objectivos e as perspectivas revolucionárias, o programa visava de certa forma «tranquilizar» a burguesia nacional, era como que um apelo à «burguesia nacional» para que se colocasse contra Salazar, se unisse à classe operária e aos comunistas e procurasse uma solução pacífica.

A posição expressa acerca do governo que deveria suceder ao governo de Salazar é ilucidativa. O Programa aprovado em 1957 afirma que um governo democrático de Unidade Nacional com a representação de todas as correntes da Oposição, ao qual cabe restabelecer as liberdades democráticas e realizar eleições livres, só é possível depois do afastamento do governo da maioria opressora. Mas não coloca a subida ao poder de um tal governo com o objectivo da luta do Partido. Passivamente limita-se a considerar «importante» a formação de um tal governo.

O fundamental é a declaração do Partido de «apoiar» condicionalmente um governo de homens honrados que substituindo a camarilha salazarista no poder, se proponha restabelecer as liberdades fundamentais, reconhecer aos partidos políticos plena liberdade de agitação eleitoral e respeitar a voz do povo através de eleições livres.

Tal posição correspondia a confiar à «burguesia nacional» a tarefa de pôr termo à ditadura fascista, esperar o golpe de Estado, a remodelação ministerial ou a liberalização do regime, abdicar objectivamente, do papel determinante do Partido e da classe operária na revolução democrática, colocar o Partido numa posição de seguidismo.

O objectivo de tranquilizar a «burguesia nacional» e os dissidentes do regime acerca do Partido Comunista, aparece na forma «moderada» e «compreensiva» como se considera a acção da burguesia e o aparelho do Estado fascista e em vários dos objectivos programáticos.

Falando-se do atraso da indústria e da agricultura, sublinha-se que isso se dá «não por falta de iniciativa da burguesia nacional». E coloca-se como objectivo da revolução a «liberdade de iniciativa para todos os industriais e «para o comércio» sem se pôr sequer a limitação do respeito pelos interesses nacionais e populares.

Falando-se da criação das Corporações diz-se que visaria (entre outras coisas) «reduzir o papel que os Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e Casas dos Pescadores (...) representam na defesa dos interesses dos seus associados». Falando-se da política de guerra do governo de Salazar e do seu enfeudamento aos Estados Unidos, colocam-se de certa forma no mesmo plano os imperialistas e o campo socialista ao defender-se, como única posição justa, a «neutralidade em relação aos blocos em presença». E, nas medidas programáticas, não se coloca a saída da NATO, mas apenas a «entrega ao comando militar português da base militar das Lajes e saída dos comandos e oficiais americanos e ingleses e outros das unidades militares nacionais.»

O desvio de direita influenciou assim gravemente a elaboração do Programa do Partido aprovado em 1957. Analisando detidamente a situação económica e política nacional, o Comité Central considerou também que o Programa aprovado em 1957, não define com precisão a fase actual da revolução, nem os seus objectivos políticos fundamentais, nem a perspectiva do socialismo e do comunismo. Estudando a necessidade de alterar ou substituir o Programa em vigor, o Comité Central chegou à conclusão de que, se

impunha não fazer alterações de pormenor, mas elaborar um novo Programa.

3

A crítica ao desvio de direita nos anos de 1956-59 foi acompanhada por importantes correcções da orientação política e tática do Partido. A declaração do Comité Central de Março de 1961 sobre «A via para o derrubamento da ditadura fascista e para a conquista da liberdade política», apresentava uma nova perspectiva para a acção revolucionária do Partido.

Caracterizando o governo fascista de Salazar como o governo dos monopólios (associados ao capital estrangeiro) e dos latifundiários, mostrando como graças à política fascista se acentua o antagonismo entre as classes governantes e as restantes classes da população, concluiu-se pela existência de condições objectivas favoráveis para a formação duma ampla frente nacional contra a ditadura fascista, na qual as alianças da classe operária com o campesinato e com os povos das colónias portuguesas têm decisiva importância. O C. C. sublinhou a necessidade de não poupar esforços para a constituição efectiva de tal frente.

Considerando a ausência de liberdades, a repressão implacável contra o povo trabalhador e as forças democráticas, a existência dum Estado centralizado e militarista, com um poderoso e bem organizado aparelho repressivo; e a determinação da camarilha fascista de abafar com a força e o terror a luta por um regime democrático, concluiu-se por apresentar como via para o derrubamento da ditadura fascista o levantamento nacional armado.

Desde logo o C. C. insistiu na necessidade de se lutar contra as concepções legalistas, assim como contra as concepções golpistas, anarquistas e terroristas. Insistiu na necessidade de associar justamente as formas legais, semi-legais e ilegais de acção e organização e de desenvolver a acção de massas para fazer frente à política fascista, para defender os interesses imediatos das classes trabalhadoras e para abrir caminho para o levantamento nacional anti-fascista.

No que respeita ao Partido, foi dada nova importância ao esforço da organização, da unidade e da disciplina.

A correcção do desvio de direita permitiu rápidos e importantes sucessos. Sob a direcção do Partido, as lutas de massas ampliaram-se e atingiram elevado nível. As manifestações quando da burla eleitoral de 1961, as sucessivas manifestações de rua da primeira metade de 1962, as jornadas do 1.º de Maio, as greves dos assalariados rurais do sul, as lutas dos estudantes, as acções de resistência dos militares



contra a guerra colonial, constituíram grandiosas acções de que o Partido justamente se orgulha. Elas evidenciaram o papel de vanguarda do proletariado e do seu Partido no movimento nacional anti-fascista.

A análise das grandes lutas, de massas confirma a importância decisiva do trabalho de organização, os perigos de se confiar na espontaneidade, a necessidade duma justa coordenação do trabalho legal e do trabalho clandestino, o papel das pequenas lutas na criação de condições para grandes. Estas grandes batalhas contra a ditadura confirmaram as possibilidades de mobilização de largas massas populares e que as lutas de massas são o caminho para a criação de condições para a batalha final pela democracia.

No que respeita à unidade das forças anti-fascistas graças, em parte decisiva, à acção e iniciativas do Partido constituiu-se a Frente Patriótica de Libertação Nacional (F. P. L. N.) que se tem vindo a reforçar em todos os aspectos da sua actividade e cuja III.^a Conferência realizada em Outubro foi uma nova demonstração de vitalidade e de força política. Com o afastamento do general Delgado, a F.P.L.N. saíu nitidamente reforçada. A rápida e decisiva eliminação da tentativa para implantar a F.P.L.N. métodos ditatoriais de direcção e de pôr na F.P.L.N., os seus meios de trabalho e os seus recursos ao serviço de meros interesses e ambições pessoais, foi acompanhada do reforço da unidade dos vários sectores participantes na F.P.L.N. e duma série de medidas práticas que se traduzirão, num prazo relativamente curto, numa importante intensificação de toda a sua actividade. A constituição e progresso da F.P.L.N., que representa já um papel de relevo no movimento contra a ditadura, mostra a correcção da política unitária do Partido e a necessidade de prosseguir incansavelmente pelo mesmo caminho.

No domínio da organização partidária, verificaram-se importantes progressos nos anos de 1961-63, que só as ofensivas repetidas do aparelho de repressão fascista conseguiram temporariamente sustar. Sucessos nas lutas de massas e na acção política geral do Partido estão estreitamente ligados aos rápidos progressos da organização partidária nesse período. Fazer frente à repressão fascista, colmatar as brechas, consolidar posições e prosseguir pertinazmente o reforço orgânico do Partido, é essencial para o progresso geral do movimento anti-fascista.

Apesar porém dos sucessos alcançados têm-se manifestado hesitações e dúvidas de natureza política que entravam o desenvolvimento da acção partidária, para o qual é essencial uma forte unidade de pensamento e acção.

O facto de o Partido não ter de momento um programa que corresponda à situação política existente e à orientação política e tática adoptada, dificulta gravemente o estabelecimento da unidade ideológica e de acção do Partido.

Pondo à discussão no Partido o projecto de novo Programa, o Comité Central tem também em vista corrigir urgentemente esta situação.

A correcção do desvio de direita não significa que as tendências oportunistas de direita tenham sido totalmente estirpadas no Partido. Elas manifestam-se ainda por formas diversas em certas ilusões legalistas, na sobrevalorização do papel, das correntes e dirigentes da «burguesia liberal», na subestimação, de facto, do papel do Partido e da classe operária no movimento nacional anti-fascista, na falta de iniciativa e de decisão na condução de lutas de massas. A luta contra as tendências oportunistas de direita tem de prosseguir, até porque, basta que afrouxe essa luta, para que elas renasçam das próprias cinzas.

Entretanto, ao contrário do sucedido nos anos de 1956-59, o desvio mais grave que se tem manifestado nos últimos 3 anos nas fileiras do Partido é um desvio sectário e esquerdista.

Do papel determinante do proletariado na luta contra a ditadura e do facto de ser o Partido Comunista o único verdadeiro Partido anti-fascista existente com uma organização e uma influência nacionais, deduzem alguns que o objectivo do Partido deve ser o derrubamento da ditadura fascista e a instauração imediata da ditadura do proletariado e dum regime socialista. Consideram a política de unidade anti-fascista como uma capitulação perante a burguesia e com a entrega a esta direcção da luta contra a ditadura. Consideram que a utilização das formas legais e semi-legais de actividade e de organização está ultrapassada e a insistência nela é puxar para trás o movimento. Consideram que estão, já há anos, maduras as condições para a insurreição e que só acções violentas de pequenos grupos de carácter terrorista, em que se deveriam concentrar os esforços do Partido, poderão desencadear o processo insurreccional.

Tais concepções, se fossem aplicadas, isolariam o Partido da classe operária, das massas populares e dos outros sectores anti-fascistas, conduziriam o Partido ao isolamento e lançariam a vanguarda sozinha em combates prematuros e precipitados. Transformariam o Partido num agrupamento sectário de tipo anarquista que seria rapidamente destróado pela acção repressiva do inimigo.

Em diversos aspectos, em diversos sectores e em diversas ocasiões (que se manifestam por formas diversas e em graus diversos) estas concepções esquerdistas, sectárias e aventureiristas têm prejudicado e entravado nos últimos anos o desenvolvimento da actividade do Partido, designadamente no que respeita às lutas de massas. O estudo atento das jornadas do 1.º de Maio de 1964 leva à conclusão que concepções esquerdistas, em que se deixaram então arrastar alguns organismos responsáveis do Partido, as ideias de «acção directa» de pequenos grupos sobrepondo-se à ideia da mobilização para a luta de centenas de milhares de trabalhadores, limitaram gravemente nessa data as lutas populares e facilitaram os graves golpes então infligidos pelo aparelho policial à organização partidária. Duma maneira geral, o desenvolvimento das lutas reivindicativas e da acção política, o fortalecimento da unidade da classe operária da efectiva aliança com o campesinato e da unidade anti-fascista, têm sido afectados por tais concepções.

Também no que respeita ao trabalho de organização se sentem os efeitos nocivos das concepções esquerdistas, sectárias e aventureiristas. Não podem dar importância devida ao trabalho de organização, organismos e camaradas que consideram «ultrapassadas» as lutas reivindicativas e o aproveitamento das possibilidades legais e semi-legais de actividade e de organização e julgam que o que se impõe para acelerar o processo revolucionário são «acções directas» realizadas por pequenos grupos de homens audaciosos. Das concepções esquerdistas resulta o enfraquecimento das ligações do Partido com a classe operária e as massas trabalhadoras, a debilidade no recrutamento de quadros operários e camponeses educados na luta de massas e profundamente ligados a estas.

As concepções esquerdistas reflectem, nas fileiras do Partido, as influências do radicalismo pequeno-burguês, do desespero, da impaciência e da falta de maturidade política da pequena burguesia. De facto, as mesmas concepções podem encontrar-se em alguns sectores da pequena burguesia radical.

Fora do Partido, as tendências esquerdistas anarquizantes e aventureirista têm presentemente a sua expressão mais acabada na acção dum pequeno grupelho de pequeno-burgueses, que ora se intitula «Frente de Acção Popular», ora «marxistas-leninistas», e concentram os seus esforços na luta contra o Partido Comunista e a sua Direcção, utilizando sem escrúpulos tudo quanto lhes pareça poder servir para enfraquecer o Partido, para dividir a classe operária, para dificultar a unidade anti-fascista. Fracassado o seu

intento de trazer a cisão e a desagregação às fileiras do Partido, entram cada vez mais abertamente na invenção, nos insultos, e nas calúnias, realizando verdadeiras acções provocatórias.

O fenómeno não é novo na gloriosa história do Partido Comunista Português. Tal como em casos anteriores, também o novo grupelho, por muito que fale em revolução, terminará vergonhosamente a sua carreira no meio do desprezo geral.

As tendências e os desvios esquerdistas têm beneficiado do facto do Partido não ter de momento um Programa que corresponda à sua orientação política e tática. A aprovação dum novo Programa será também uma importante contribuição para a luta contra tais tendências e desvios.

A necessidade de introdução de profundas emendas ao Programa aprovado em 1957 ou a elaboração dum novo Programa foi decidida em 1961, pela influência que o desvio de direita havia tido na elaboração do Programa de 1957. Mas actualmente, a aprovação desse documento básico do Partido representará, não apenas um golpe no oportunismo de direita, como principalmente um golpe no sectarismo, no esquerdismo, e no aventureirismo, que constituem hoje o perigo principal.

A elaboração do projecto do novo Programa assentou numa análise cuidada da realidade portuguesa e da actual conjuntura internacional, inspirada nos princípios do marxismo-leninismo. O Comité Central está certo de que a sua ampla discussão em todo o Partido, permitirá, não só combater e derrotar novas manifestações oportunistas de direita, como combater e derrotar as tendências sectárias e esquerdistas.

A discussão e a aprovação do novo Programa do Partido será uma contribuição decisiva para o reforço ideológico do Partido e para o estabelecimento da unidade de pensamento e de acção de todas as organizações e militantes do Partido.

Discutido e aprovado o projecto — diz o Comunicado do Comité Central de Janeiro de 1965, — o Programa do Partido Comunista Português será um documento básico, de importância decisiva para toda a actividade do Partido e para a luta da classe operária, das massas trabalhadoras e do povo em geral. Ele será o guia da luta para o derrubamento do fascismo e para a realização da revolução democrática e nacional. Sob a bandeira do Partido Comunista Português, guiados e inspirados pelo seu Programa, a classe operária e as massas trabalhadoras lutarão e avançarão para a conquista da liberdade, da democracia, da independência nacional, da paz, do socialismo».

EXPERIÊNCIA DA LUTA ESTUDANTIL CONTRA A REPRESSÃO NA UNIVERSIDADE

No decorrer dos últimos anos a juventude estudantil destacou-se pela sua combatividade na luta pelos seus direitos e manifestou-se mais de uma vez ao lado da classe operária e do povo português na luta contra a tirania fascista. Está na memória de todos a prolongada greve académica de 1962 no decorrer da qual se registaram violentos choques com as forças repressivas, a luta à volta da comemoração do Dia do Estudante em 1964, durante a qual se registaram importantes manifestações nas ruas de Lisboa, a participação activa de muitos jovens estudantes ao lado dos trabalhadores na preparação do 1.º de Maio de 1964, durante a qual foi preso e ferido a tiro o estudante Saldanha Sanches, assim como numerosas iniciativas universitárias de carácter progressivo promovidas pelas Associações dos Estudantes.

A juventude estudantil revelou-se assim, ao lado das massas populares, um aguerrido destacamento anti-fascista na luta do nosso povo contra a política de opressão e guerra do governo de Salazar. Este papel da juventude foi assinalado com raiva pelo ministro da Educação, Galvão Teles, no seu discurso de 9 de Novembro último ao atacar as Associações dos Estudantes (AA. EE.) e ao refutar o direito dos estudantes a associarem-se livremente e a organizarem a comemoração do Dia do Estudante. Porém, numa coisa todos estarão de acordo com o senhor ministro. É quando ele afirma que «nunca a juventude portuguesa se mostrou insensível às grandes causas e aos nobres ideais». Só que essa causa não poderá ser nunca a causa perdida do regime nem o ideal, o ideal do fascismo!

Por também o compreender assim, ainda que o não confesse publicamente, é que o governo, após o discurso do ministro, lançou as matilhas da PIDE contra a Universidade, procurando decapitar o movimento democrático estudantil no limiar dum ano e, segundo Salazar, será «crucial» para o regime fascista, ao aproximar-se o Dia do Estudante, a Jornada do 1.º de Maio de 1965 e as eleições para deputados, ao mesmo tempo que se agravam de dia para dia as dificuldades do regime com o alargamento da guerra colonial. Ficam ainda mais claros os propósitos do governo se se verificar a coincidência da ofensiva policial contra a Universidade com a criação dum Subsecretário da Juventude e Desportos e o anúncio da próxima renovação orgânica da decrépita e desacreditada «Mocidade Portuguesa», tudo com vistas a um mais férreo controle governamental às actividades estudantis. Isto apesar de o ministro afirmar nesse mesmo discurso que o «Estado português não pretende arvorar-se em educador totalitário, em

orientador único e integral da mocidade, a quem impusesse um credo político, à semelhança do que fizeram e fazem outros Estados.» Quando a verdade é que, como todos sabem, o regime salazarista não tem desde sempre tentado outra coisa senão isso mesmo. Demonstra-o a criação e existência da «Mocidade Portuguesa», decalcada do modelo fascista italiano dos tempos de Mussolini; revelam-no as sucessivas ofensivas do governo com base em decretos anti-associativos e anti-académicos e a própria ofensiva policial desencadeada contra os estudantes e as suas Associações, antes mesmo de ter secado a tinta com que o ministro havia escrito aquelas palavras.

A REACÇÃO DOS ESTUDANTES

Porém, ao contrário do que o governo esperava, a massa estudantil não se deixou intimidar com a repressão fascista. Não cruzou os braços nem ficou inactiva. Compreendendo justamente que se tratava dum ofensiva contra toda a Universidade, a massa estudantil, num raro exemplo de unidade e combatividade, lançou-se corajosamente na luta em defesa dos estudantes presos e contra a repressão fascista. Nem as sucessivas «notas oficiosas» nem os discursos dos ministros, nem as provocações e atentados dos grupos de bandidos das organizações fascistas dentro da Universidade, mais ou menos às ordens de reitor-policia Paulo Cunha, nem as violências das brigadas de choque da PSP e da PIDE, tentando desfazer as suas reuniões e manifestações, nada disto fez recuar a massa estudantil nos seus protestos contra as prisões e as torturas de que foram vítimas várias dezenas dos seus destacados dirigentes académicos.

Até princípios de Fevereiro, utilizando de forma inteligente todas as possibilidades de luta ao seu alcance, os estudantes tinham levado a cabo, entre outras, as seguintes acções massivas: No dia 10 de Dezembro, após a primeira vaga de prisões, realizaram uma ampla reunião na Universidade, concentrando-se a seguir no Tribunal Plenário da Boa-Hora, onde se manifestaram, exigindo a libertação do colega S. Sanches que ali ia ser julgado, o que conseguiram. Seguidamente promoveram uma manifestação nas ruas de Lisboa reclamando a libertação de todos os estudantes presos e nesse mesmo dia organizaram na cantina da Universidade uma homenagem ao colega libertado nesse dia. No dia 21 de Janeiro, após a segunda vaga de prisões na Universidade e nos Liceus, houve uma reacção imediata por parte dos estudantes. Promoveram em todas as Escolas reuniões gerais

de alunos, patrocinadas pelas comissões locais de apoio aos estudantes presos, tendo sido decretado o luto académico e greve na Universidade. No dia 22 de Janeiro, mais de 800 estudantes concentraram-se na Aula Magna da Universidade onde se realizavam nesse dia as comemorações do chamado «Dia da Universidade», iniciativa do burlesco reitor Paulo Cunha para opôr ao Dia do Estudante. Como o reitor não fizesse qualquer referência ao facto de se encontrarem nesse momento presos mais de 60 estudantes, alguns deles sujeitos a brutais torturas, fazendo sobre o assunto um silêncio cúmplice, os estudantes presentes interromperam-no gritando por diversas vezes: «Liberdade para os estudantes presos!» e às ameaças do reitor, gritaram-lhe ainda, «Demissão! Demissão!» Neste ambiente, Paulo Cunha não conseguiu terminar o seu discurso e a sessão terminou no maior tumulto com os estudantes a cantar o hino nacional. Como muito justamente se diz no jornal «Unidade estudantil», no chamado dia da Universidade foram os estudantes que preservaram a dignidade da instituição universitária. No dia 26 de Janeiro, no decorrer da greve, os estudantes realizaram um Plenário no Instituto Superior Técnico, o qual foi interrompido pelas brigadas de choque da PSP que espancaram os jovens ali presentes. Estes realizaram em seguida uma manifestação de protesto através das ruas de Lisboa que terminou junto da Cadeia do Aljube em manifestação de apoio aos estudantes ali encarcerados. Nos dias 2 e 4 de Fevereiro, quando das sessões do Tribunal Plenário em que foram julgados vários estudantes, novamente se realizaram ali concentrações estudantis que se estenderam em seguida pelas ruas da capital.

O luto na Universidade nos dias 23, 25, 26 e 27, em que a ausência às aulas foi quase unânime, teve também a solidariedade de vários professores. Respondendo às calúnias das notas oficiais e dos discursos dos ministros fascistas que tentam minimizar a importância do movimento estudantil, os estudantes afirmam muito justamente num dos seus documentos: «Quando 1.000 estudantes se manifestam pelas ruas pedindo a libertação dos seus colegas, poder-se-à falar em minoria. Mas quando 12.000 estudantes acompanham a acção desses 1.000 declarando e fazendo o luto na Universidade, então, falar em minoria torna-se absurdo e demagógico.»

O importante papel da imprensa legal estudantil ficou completamente demonstrado nesta emergência. Utilizando de forma apropriada e com grande maleabilidade este meio de esclarecimento (já que a censura impede totalmente a utilização da imprensa diária por parte dos estu-

dantes), as AA. EE. e as comissões de apoio têm publicado nas Escolas os mais variados jornais, boletins informativos e comunicados, quer legais quer semi-legais, os quais têm tido uma importante acção mobilizadora e organizadora na luta contra a repressão na Universidade.

SOLIDARIEDADE COM A LUTA ESTUDANTIL

Os estudantes tem sabido criar à sua volta um amplo movimento de solidariedade tanto nacional como internacional. No plano nacional merece particular relevo a acção das comissões de famílias dos estudantes presos na denúncia e desmascaramento das torturas infligidas pela PIDE aos jovens. Quer tomando posição pública individualmente nos casos mais gritantes, quer fazendo representações colectivas junto das autoridades, os familiares dos jovens presos têm desenvolvido uma corajosa acção contra os criminosos torturadores da PIDE ao serviço do governo de Salazar. Entre outras acções, uma comissão de cerca de 40 familiares protestou junto da PIDE e dos ministérios do Interior e da Educação contra as torturas, ao mesmo tempo que exigiam a libertação de todos os presos. Num documento entregue ao ministro da Educação Nacional, dizia-se: «Não queremos que os nossos filhos regressem aos seus lares diminuídos ou inúteis. Criámo-los sãos, senhor ministro, queremos recebê-los sãos.»

Abaixo-assinados circulam entre os intelectuais, e os estudantes conseguiram também interessar a Ordem dos Advogados e a dos Médicos na situação dos jovens presos. Da Ordem dos Advogados reclama-se a sua intervenção para exigir que aos presos seja permitida a assistência jurídica prevista pela própria lei fascista, nomeadamente, a presença do advogado durante os interrogatórios policiais. Junto da Ordem dos Médicos reclamam a sua intervenção na condenação dos métodos brutais utilizados pela PIDE, tais como a tortura do sono, os espancamentos, a incomunicabilidade, assim como o uso de drogas que, segundo consta, foram aplicadas aos estudantes.

A corajosa luta das massas estudantis repercutiu-se à escala internacional, despertando uma onda de simpatia e apoio nos meios mais diversos de numerosos países. Das organizações juvenis e estudantis internacionais chovem as moções, resoluções e protestos enviados ao go-

verno português, assim como as mais variadas manifestações de solidariedade e apoio aos estudantes em luta. Comícios de solidariedade e manifestações junto das representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro, têm tido lugar em várias partes do mundo. As agências internacionais e os jornais de todo o mundo, desde a imprensa progressiva à conservadora, têm divulgado com simpatia a luta dos estudantes portugueses.

Por tudo isto, nós podemos afirmar que o governo de Salazar sofreu uma grande derrota política em consequência de ter lançado a ofensiva policial contra a Universidade. Ao tentar decapitar o movimento democrático estudantil, ao tentar impedir com a repressão preventiva a comemoração do Dia do Estudante em 1965, assim como a eventual participação dos estudantes ao lado da classe operária na jornada do 1.º de Maio que se aproxima, ao tentar desarticular a organização juvenil comunista entre os estudantes, o governo mais uma vez chamou sobre si o ódio da juventude e do povo de Portugal, assim como a condenação da opinião pública internacional.

Para a juventude estudantil esta luta teve o condão de lhe dar uma mais sólida consciência política e uma maior noção do valor da sua unidade para a continuação da luta até à vitória final.

Mas é ainda necessário dar outras provas de maturidade política e os estudantes são capazes de as dar se não esquecerem que toda a sua acção tem de ser acompanhada pelas massas. A ligação dos dirigentes, da vanguarda em geral, às massas deve ser constante, ininterrupta. Só assim será possível medir a todo o momento a disposição das massas, as palavras de ordem que as tocam ou as que as deixam indiferentes. Ligados estreitamente às massas os dirigentes estudantis — de luta legal como da semi-legal e da ilegal — não só estarão mais defendidos do assalto repressivo do governo fascista como estarão sempre em condições de decidir o momento oportuno para fazer avançar mais ou proceder a um recuo da luta

em curso.

Os estudantes comunistas têm uma especial responsabilidade na tática a ser adoptada. Mesmo que momentaneamente lhes possa faltar a ligação com o Partido, em virtude dos golpes do inimigo ou de uma situação conspirativa difícil, devem guiar-se pela linha de massas do Partido, basear-se nos documentos básicos do Partido — o projecto de Programa, o Relatório do camarada Alvaro Cunhal «Rumo à Vitória!», etc., em que se tiram lições de experiências vividas anteriormente. Fundidos com as massas, atentos aos seus desejos e interesses, tendo sempre em mente o carácter terrorista do actual regime, fugindo à influência das tendências oportunistas de direita, legalistas, e também à influência dos revolucionários verbais, aos esquerdistas, sectários e aventureiros, os nossos camaradas estudantes sabão encontrar (mesmo se desligados) a forma de ligar a actuação legal de massas à organização semi-legal ou ilegal das lutas através de organismos formados para a condução das mesmas.

Os estudantes têm sabido encontrar até agora as formas de luta mais adequadas a cada momento. Com o apoio do Partido Comunista Português e das outras forças democráticas os estudantes, quaisquer que sejam as ofensivas governamentais — repressão, inquérito ministerial, etc. — sabão manter-se unidos e firmes, ligando constantemente a luta pelos seus interesses estudantis, pelas Associações, pela autonomia da Universidade à luta contra a repressão com que o fascismo os tenta subjugar.

Na sua luta heróica os estudantes estão certos do apoio da classe operária e do nosso povo e da simpatia da opinião pública internacional.

Tornar mais efectivos este apoio e solidariedade, conseguir uma participação mais activa na luta dos estudantes de Lisboa por parte dos estudantes de todo o país, particularmente dos estudantes universitários de Coimbra e Porto, eis algumas das tarefas do Partido que neste momento se colocam em relação ao movimento democrático estudantil.

NA POLÍCIA SÓ FALA QUEM QUER

Desfazendo uma vez mais todas as patranhas inventadas por alguns traidores que arranjam as mais absurdas justificações para convencer o Partido e as pessoas de que traíram porque este ou aquele acontecimento influuiu na sua conduta, porque teriam dito coisas quando estavam inconscientes, porque pensavam que na Pide havia pessoas ao serviço do Partido, etc, voltamos uma vez mais a repetir na polícia só fala quem quer.

Cada comunista tem de ter a noção dos imensos perigos que nos espreitam, que a polícia como matilha ao serviço dos grandes capitalistas

e do imperialismo que exploram o nosso povo e oprimem a nossa Pátria, nos vota um ódio de morte. Mas esta realidade que é preciso tem sempre presente não pode senão tornar mais conscientes, firmes e intransigentes os comunistas.

A luta tem-se tornado mais dura e mais difícil, a polícia tem acumulado experiência, e dispõe hoje de novos e mais largos meios para atacar o Partido. Frente a uma tal situação e permanentemente debaixo do fogo, os comunistas têm de aperfeiçoar os seus métodos, têm de se elevar à altura que os superiores

interesses do Partido exigem. Frente a um inimigo que se esforça por destruir o Partido, os membros do Partido têm de definir melhor a sua linha de conduta em caso de prisão. Cada membro do Partido só o poderá ser se está disposto a comportar-se com firmeza perante o inimigo e a defender o Partido em todas as circunstâncias. É necessário encarar a realidade bem de frente, estudá-la e compreendê-la.

É necessário que a experiência acumulada pelo Partido, ao longo de muitos anos de luta, seja assimilada pelos militantes, que a devem utilizar com uma arma na defesa do Partido e de si próprios.

A conduta do membro do Partido perante a polícia deve estar claramente definida e claramente compreendida, deve estar inteiramente assimilada. Há limitações que já não podem ter lugar e que devem ser excluídas da bagagem do militante comunista. Torna-se necessário eliminar todas as incompreensões que até aqui se têm verificado quanto ao que deve ser a conduta dos comunistas perante a polícia.

A análise da realidade e dos muitos casos de bons e maus portes permite-nos estabelecer os pontos básicos do que deve ser, do que é preciso que seja a conduta dos membros do Partido perante a polícia.

PONTOS BÁSICOS PARA UM BOM COMPORTAMENTO

1) Que um simples democrata, que a polícia acusa de pertencer ao Partido, dê explicações para provar e convencer que não é comunista, pode compreender-se e considerar-se correcto. Tais pessoas não falarão do Partido porque não pertencem ao Partido. O que tais pessoas têm a defender é a sua dignidade pessoal, a sua honradez, e muitos tem havido que a têm sabido defender de maneira brilhante.

2) Mas o comunista, o membro do Partido tem obrigação de se recusar terminantemente a fazer declarações ou confirmações, a assinar autos ou seja o que for que a polícia lhe proponha ou exija. O membro do Partido nada pode dizer ou fazer que vá contra os interesses do Partido.

O comunista não dirá nem confirmará na polícia que é membro do Partido mesmo que a polícia tenha disso todas as provas; mesmo que já seja publicamente conhecido como membro do Partido. Trata-se de não reconhecer a legalidade da polícia nem o direito de nos fazer perguntas. Trata-se de provar a todos, aos comunistas e à própria polícia, que os comunistas não respondem porque os interesses do Partido e os seus próprios, os interesses da classe operária e do povo assim o exigem. Com uma tal conduta os comunistas provam ainda que a polícia não tem meios para os obrigar a falar.

Há casos de camaradas que se recusaram a ser

fotografados porque consideraram que a polícia poderia utilizar a fotografia contra o Partido, e também para provar à polícia a sua impotência perante a vontade firme dum comunista. Efectivamente, com a sua atitude firme, esses camaradas mostraram à polícia que ela não pode tirar uma foto em condições de ser utilizada contra o Partido.

3) O membro do Partido pode e deve resistir a todas as violências e nunca ceder. Esta atitude é a única que serve os interesses do Partido e é inteiramente possível, como o têm provado a maioria dos nossos militantes. Esta atitude deve ser tomada para educar os militantes e também porque é a única que mostrará à polícia a inutilidade das violências. Os que fraquejam perante a violência encorajam a polícia a prosseguir com esses métodos.

4) Na polícia já não há surpresas: é conhecido que a polícia tudo fará para obrigar o comunista a falar; é conhecido que usa a violência e a não violência, sempre com o mesmo objectivo; é sabido que chega a propôr a liberdade, e mesmo a dar dinheiro, em troca da traição; é sabido que procura jogar, em cada caso, com aquilo que mais preocupa o preso; questões familiares, sentimentais, etc; é sabido que diz muitas mentiras e calúnias para desmoralizar o preso e levá-lo a trair. Mas a tudo isso o membro do Partido oporá a sua decisão de nada dizer, haja o que houver façam eles o que fizerem, e colocará sempre acima de tudo os interesses do Partido e os seus deveres de comunista. Qualquer que seja o estado de cansaço a que seja conduzido, o membro do Partido nunca se disporá a falar, consciente de que é assim que sofre menos, que é assim que se defende a si próprio, defendendo o Partido.

5) O membro do Partido considerará todas as propostas da Pide para trair como insultuosas no mais alto grau e recusar-se-á sempre a cair no oportunismo de as ouvir e aceitar. Todo o compromisso com a Pide é uma traição. Todo o traidor merece o desprezo e o castigo da sua traição.

6) Perante todos os truques da polícia, cenas para suggestionar, vozes que imitam os de pessoas que dizem ter prendido (e mesmo nos casos em que seja verdade), tudo isso não deve levar o comunista a esquecer que está nas mãos da polícia e que nunca deve ceder. Foi assim que fizeram muitos dos nossos camaradas que saíram dessas provas fisicamente abatidos e alguns doentes, mas moral e politicamente íntegros, como comunistas que a polícia não conseguiu quebrar. É desses que o nosso Partido se sente orgulhoso, são esses que merecem o respeito e o carinho do nosso povo.

7) Perante a ilegalidade das condenações fascistas não faz sentido que o comunista preso e enquanto incomunicável, se preocupe demasiado com a extensão da pena que lhe será aplicada pelo tribunal fascista. Tais preocupações poderiam



levá-lo a ouvir os «conselhos» da Pide para que «fale senão será mais condenado», etc., e provariam a existência de limitações que não se devem manter.

8) Os aspectos jurídicos dos nossos casos só devem ser considerados como mais uma arma de luta contra o fascismo, contra todas as arbitrariedades e infracções das próprias leis que regulam a vida prisional, embora o problema jurídico-político passe a ter maior interesse quando o processo entra em tribunal.

Muitas vezes a polícia, explorando certas ilusões acerca dos tribunais fascistas, fala muito ao preso na lei e no tribunal precisamente para o levar a ceder

9) Houve tempo em que os comunistas, por falta de experiência, temiam cair em contradição com outros, detidos, e supunham que quando a polícia ou o tribunal sabiam alguma coisa já não adiantava negar. Esta fase foi ultrapassada. Na verdade, esse problema das declarações contraditórias só existe quando se fazem declarações; quando se fala,

NADA DIZER, NADA CONFIRMAR EIS O CAMINHO JUSTO

A questão da polícia já saber alguma coisa não é problema para quem se recusa a fazer declarações e confirmações. Seja verdade ou não o que a polícia nos diz, a posição do comunista é nada dizer. Esta atitude, que pode ser tomada pelo camarada mais simples e menos instruído, é a única correcta, é a que melhor serve os interesses do Partido, é a mais coerente e a mais digna. Na verdade, só não são capazes de tomar esta atitude os que, supondo-se grandes são pequenos, os que supondo-se inteligentes o não são, os que parecendo comunistas, o não eram de facto.

A luta tem-se agravado, tem-se tornado mais dura e mais difícil. Mas ao mesmo tempo, quanto à posição que os comunistas devem tomar perante a polícia as coisas são cada vez mais claras e mais simples. Em que consiste essa posição? Na intransigência; na recusa a fazer declarações ou confirmações; na recusa a assinar autos e seja o que for que a polícia, no seu interesse, propõe, sugere ou exige.

Na polícia só fala quem quer. Só fala quem não é comunista. Os comunistas além das razões de sempre e de princípio que têm para lutar pelo triunfo da Revolução socialista devem sentir-se encorajados com o socialismo triunfante numa série de países, e ainda pelo facto evidente do regime fascista em Portugal estar perto do seu fim.

No momento em que o nosso povo se prepara através de grandes lutas de massas para derrubar o fascismo, no momento em que os povos colo-

niais estão heroicamente lutando contra o fascismo salazarista, aproximando o fim do colonialismo português será maior vergonha falar na polícia, porque os que fazem declarações ajudam o fascismo a manter-se e a resistir por mais tempo.

Cada membro do Partido deve condenar enérgicamente todo aquele comunista, que tendo lutado pelo triunfo da Revolução socialista, se dispõe num dado momento a servir a polícia com as suas declarações ou confirmações. Quem assim procede nega tudo o que pode haver de digno e grande no homem. Onde está o homem que se dispõe a lamber as botas do tirano que o chicoteia?

Todos os comunistas devem saber e nunca esquecer que os que falam na polícia prejudicando o Partido passam a ter responsabilidade nos sofrimentos e misérias do nosso povo. Transigir com a polícia é servir os piores inimigos do povo. É esta a realidade objectiva.

ARREPENDIMENTO TARDIO

A experiência do nosso movimento é já bastante longa. Durante os 38 anos de luta contra a ditadura fascista, muitos comunistas têm passado pela polícia e têm saído íntegros, dando magníficos exemplos de firmeza que honram o nosso Partido e o nosso povo. Mas tem havido alguns — mais do que seria de esperar — que se têm portado como cobardes e miseráveis. Entre os que têm traído alguns sem vergonha não sofrem com isso. Mas há outros que, tomando consciência do mal que fizeram ao Partido, sentindo a situação miserável em que se deixaram cair, confessam que não merecem o pão que comem. Eis alguns desses exemplos que nos são relatados: «Mesquita, de Runa, depois de ter traído chorou na sala comum. Ao chegar a casa também chorou, dizendo que era a desonra dos filhos que ficavam com um nome manchado.

Que o pior que a polícia lhe podia ter feito era tê-lo posto na rua.

A mulher, ainda que vivendo com ele, deixou de lhe falar.»

Um outro traidor relata-nos também: «Estive catorze dias sem nada dizer. Ao fim desse tempo e porque a polícia me dizia que a minha mulher já estava presa e que estava muito doente (no gabinete ao lado imitavam os seus gritos e a sua fala para me convencerem); que só a soltariam se eu me dispusesse a falar, e disse em dois minutos o suficiente para me perder para toda a minha vida. A partir desse momento sou um miserável traidor. Isto é o pior que podia ter acontecido na minha vida.

A polícia, sabendo que me tinha inutilizado como militante e com o objectivo claro de preju-

dicar o Partido pôs-me em liberdade. E agora para que sirvo?»

Aqui está a situação em que ficam os que esquecem que têm o dever de nada dizer à polícia. Fazem o «frete» aos piores inimigos do povo e ficam reduzidos a simples farrapos que toda a gente despreza.

É nisto que a polícia fascista quer tornar os membros do Partido. Sejam quais forem os métodos, os fins são sempre os mesmos: Prejudicar o Partido e o povo.

TODA A TRAIÇÃO É UM CRIME E UMA INDIGNIDADE

Os que traem o Partido traem-se a si próprios. Todos os traidores merecem o desprezo e o ódio do povo.

Há também alguns indivíduos que depois de terem traído o Partido, comprando assim a liberdade, pretendem que a sua atitude, afinal, não prejudica muito o Partido. Antes, reconheciam e afirmavam que tudo o que favorece a polícia prejudica o Partido e a luta na organização, no prestígio, na confiança que as massas devem ter no Partido, etc. Depois passam a ver as coisas com os olhos de quem traiu, pretendendo muitas vezes atribuir as culpas ao Partido para atenuarem as suas responsabilidades.

Eis, por exemplo, o que diz no seu relatório um ex-membro do Partido que só não disse à polícia o que ela se esqueceu de lhe perguntar. Diz ele:

«2.º Em relação ao meu comportamento considero que deu lugar a grandes prejuízos para o Partido... Lutei do melhor modo que soube e pude. Cometi erros importantes. Não me acuso de qualquer indignidade e repúdio toda e qualquer afirmação ou insinuação nesse sentido. Considero profundamente lamentável que sob condições de violência e em condições de inferioridade de vária natureza e de várias origens fosse levado a declarar nomes e factos a uma sórdida polícia ao serviço dum sórdido governo. Se estou tranquilo quanto à intenção das minhas acções na polícia não o estou quanto às consequências políticas.»

Como se vê, não considera indignidade ter feito declarações que «deram lugar a grandes prejuízos». Provavelmente quer que existam traições dignas!

Naturalmente, há traições e maus comportamentos mais miseráveis uns que outros. Mas prestar quaisquer declarações é sempre um crime e

uma indignidade. Quem não pensar assim não pode ser comunista nem está preparado para ser firme perante o inimigo. É preciso limpar os espíritos que estejam ainda confusos. É preciso lembrar a todos que o comunista, sejam quais forem as circunstâncias em que é preso, em casa ou no emprego, na rua ou em plena acção, não deve fazer declarações na polícia. Só os que nada dizem cumprem cem por cento o seu dever.

São muitas e variadas as causas que levam à traição. Eis como um intelectual, que fez declarações na polícia e por isso foi expulso do Partido, explica a sua traição. Diz ele:

«Se a polícia me tivesse batido eu teria reagido e nada teria dito. Mas a polícia tratava-me com muito respeito e muita deferência, «Senhor engenheiro para ali, V. Ex.ª para acolá, etc, e com essa «amabilidade» conseguiu fazer-me falar. Traí o Partido, faltei com o meu mais sagrado dever, não por medo, mas talvez por vaidade burguesa que ainda existia em mim».

Efectivamente, este ex-membro do Partido a aceitou como boa e sincera a delicadeza com que a polícia o tratava e esqueceu que acima de tudo estão os interesses do Partido e a dignidade do revolucionário.

Este exemplo, que infelizmente não é o único, sobretudo entre os intelectuais, mostra, por um lado o tacto da polícia para descobrir os pontos fracos nos indivíduos que lhes caem nas mãos, e mostra por outro lado, que ainda há pessoas, que tendo o honroso título de membros do Partido Comunista e enquanto se consideram comunistas, se não envergonham de se terem sentido envaidecidos com as «honras» que lhes prestava a polícia fascista que defende Salazar e tem assassinado muitos dos melhores filhos do nosso povo.

São todas essas deficiências: a cobardia, as questões sentimentais e familiares, a vaidade, etc., que têm de ser eliminadas. No lugar de todas essas limitações e defeitos, que explicam as traições, é preciso pôr o amor à causa do povo e do Partido e o sentimento da honradez e da dignidade revolucionária. Que cada membro do Partido sonde a sua própria consciência e veja o que por lá há no tocante a firmeza perante o inimigo. É preciso não esquecer que se trata duma questão decisiva. Não se pode ser e não se é efectivamente comunista se não se tiver firmeza.

Todo o membro do Partido tem o dever de dar um exemplo de firmeza que eduque os outros membros do Partido e confirme a real possibilidade de não falar na polícia.

CAMARADA: A DISCUSSÃO DO PROJECTO DE PROGRAMA DO PARTIDO deve ser orientada no sentido de:

Reforçar a unidade ideológica do Partido; alargar e reforçar mais e mais a organização; ligar mais estreitamente o Partido às massas; desencadear novas e mais poderosas lutas contra o fascismo, etc.

Camarada: estuda e aplica na prática os ensinamentos do Projecto de Programa.

NÃO É A AGRICULTURA QUE É UMA «VOCAÇÃO DE POBREZA» ...MAS A POLÍTICA FASCISTA NOS CAMPOS; QUE É UMA «VOCAÇÃO» DE MISÉRIA!

«A situação de miséria e de dificuldades das classes laboriosas dos campos, resulta em larga medida da divisão da propriedade existente. No conjunto nacional, enquanto grandes senhores da terra possuem milhares e mesmo dezenas de milhares de hectares, mais de 800.000 camponeses não têm um palmo de terra e meio milhão de pequenos agricultores têm terra insuficiente (por vezes dispersa em muitas minúsculas courelas) para prover ao sustento das respectivas famílias. Há grandes proprietários que têm mais terra que dezenas de milhares de pequenos agricultores tomados em conjunto. Os 500 maiores proprietários têm mais terra que os 500.000 mais pequenos.

O país encontra-se dividido em duas grandes zonas diferenciadas onde existem apenas algumas regiões discordantes: o predomínio da muito grande propriedade no sul, predomínio da pequena propriedade no norte, com a expropriação dos pequenos produtores a situação evolui para o predomínio de grandes proprietários de pequenos prédios que cultivam, estes directamente ou os dão de renda e parceria.

Os pequenos proprietários, em vias de ruína e de proletarianização, são confinados numa superfície agrícola cada vez mais reduzida. A concentração da propriedade continua a acentuar-se.

Com o «emparcelamento» nas regiões de pequena propriedade, os grandes lavradores pretendem arrebatar as melhores terras aos pequenos proprietários, centralizá-las nas suas mãos e criar explorações agrícolas de maior dimensão e mais rentáveis.

Com o «parcelamento» e a «colonização» nas regiões de latifúndio facilitando a criação de pequenas explorações insuficientes para manter os que nela trabalham, os grandes agrários pretendem, além da criação duma classe-tampão entre os grandes lavradores e os proletários, atrair e fixar mão-de-obra a baixo preço junto dos atrasados latifúndios hoje sujeitos a cultura extensiva e transformar estes em grandes explorações capitalistas com maiores investimentos de capital e mais altos rendimentos.

Com o «repovoamento florestal» no norte, o governo arrebatou os baldios ao uso dos pequenos cultivadores e apressa a sua ruína. Com a «reconversão agrária» no sul, o governo pretende entregar o monopólio da cultura de trigo aos grandes lavradores, consumir a liquidação da pequena lavoura, sacrificar a cultura cerealífera ao fornecimento de madeira como matéria-prima a monopólios industriais portugueses e estrangeiros.

Com as «leis de arrendamento» estabelecem-se prazos mínimos suficientes para incitar o pequeno

rendeiro a fazer melhoramentos e insuficientes para poderem tirar deles os benefícios.

A política fascista conduziu a agricultura a uma crise sem precedentes, de que os grandes agrários procuram sair sacrificando ainda mais o proletariado rural e os pequenos e médios agricultores.

O capitalismo desenvolve-se rapidamente nos campos. Apesar do atraso geral da agricultura e das sobrevivências de formas semi-feudais de exploração (parcerias, rendas por quotas parciais, pagamento em géneros, etc.) as relações de produção capitalista predominam já largamente. Os assalariados rurais constituem mais de dois terços da população agrícola activa.

O aumento do número absoluto dos proletários rurais que se verificou nitidamente nas três primeiras décadas da ditadura como resultado da liquidação vertiginosa da pequena produção é contrariado pela dispensa crescente de mão-de-obra provocada pela utilização de máquinas e processos técnicos e pela industrialização de actividades que tradicionalmente pertenciam ao sector agrícola. A tendência é para o aumento do número de proletários rurais nas regiões de pequena propriedade. A evolução do número de proletários rurais à escala nacional depende da relação entre a rapidez do processo da proletarianização dos pequenos produtores e do processo de expulsão da agricultura de proletários desempregados.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura representa o agravamento da situação da população trabalhadora: salários de fome e desemprego durante grande parte do ano para os assalariados; ruína, miséria e expropriação para os pequenos agricultores. Esta situação leva todos os anos dezenas de milhares de proletários rurais e pequenos agricultores arruinados a procurarem trabalho nas cidades ou a emigrarem para o estrangeiro.

Nada fazendo para minorar a difícil situação da população trabalhadora nos campos, o governo fascista vota aldeias ao abandono, faltam habitações condignas, caminhos, água, luz, assistência médica, escolas, etc.

Não é possível a construção dum regime democrático em Portugal sem alterar radicalmente a política agrária, sem eliminar o domínio da agricultura pelos grandes agrários, sem entregar a terra a quem a trabalha.

A realização da Reforma Agrária e duma política agrária, que defenda os interesses da população laboriosa dos campos é um objectivo central da revolução democrática e nacional.»

(Do Projecto de Programa
do Partido Comunista Português)